

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

**Embargos de Declaração na Apelação 18ª Vara Cível da Comarca de Recife
Cível nº: 0325574-7**

Embargante: Sul América Saúde S/A

Embargado: Adriana Stuppello Papaleo

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. MATÉRIAS JÁ TRATADAS EM SEDE DE APELAÇÃO CÍVEL. OMISSÃO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO NUMÉRICO. DESNECESSIDADE. EMBARGOS REJEITADOS. DECISÃO UNÂNIME.

1. Tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida.
2. Os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só são admissíveis se a decisão embargada estiver eivada de algum dos vícios que ensejariam a oposição dessa espécie recursal, o que não é o caso dos autos.
3. Embargos de Declaração conhecidos e rejeitados.

ACÓRDÃO

Visto, discutido e votado este recurso, tombado sob o nº 0325574-7, ACORDAM os Desembargadores integrantes da PRIMEIRA Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, por unanimidade de votos, em **rejeitar** os Embargos Declaratórios, tudo nos termos dos votos e notas taquigráficas anexas, que passam a fazer parte integrante deste julgado.

Recife,


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator



PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração na Apelação 18ª Vara Cível da Comarca de Recife
Cível nº: 0325574-7

Embargante: Sul América Saúde S/A

Embargado: Adriana Stuppello Papaleo

Relator: Des. Stênio Neiva Coêlho

RELATÓRIO/VOTO

Trata-se de Embargos Declaratórios interpostos pela Sul América Saúde S/A, em face de acórdão (fl. 310), lavrado nos autos da Apelação Cível de mesmo número, que negou provimento ao recurso, mantendo a r. sentença *a quo* que, por sua vez, julgou procedentes os pedidos formulados na exordial, no sentido de: declarar a ilegalidade do aumento do prêmio mensal em decorrência da idade, e, conseqüentemente, a ilegalidade das cláusulas contratuais neste sentido; condenar a ré/embargante a aplicar na cobrança dos prêmios apenas os aumentos autorizados pela ANS, devendo a parte autora recalculá-los o valor da mensalidade atual desde setembro de 2001; condenar a ré a restituir, de forma simples, os valores pagos indevidamente desde setembro de 2001 até o recálculo indicado no item anterior; condenar a ré ao pagamento de custas judiciais e honorários advocatícios, estes arbitrados em 20 % (vinte por cento) sobre o valor da condenação.

O Acórdão embargado foi nítido ao consignar que, *ipsis litteris*:

“EMENTA: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. SEGURO DE SAÚDE. REAJUSTES CONTÍNUOS NO PRÊMIO EM RAZÃO DA IDADE. IMPOSSIBILIDADE NO CASO. CLÁUSULAS ABUSIVAS. PRAZO PRESCRICIONAL PARA REVISÃO DAS CLÁUSULAS. DECENAL. VALOR DE CONDENAÇÃO EM CUSTAS PROCESSUAIS DESSARRAZOADO. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

1. Como visto, a controvérsia cinge-se à análise da (i)legalidade da(s) cláusula(s) contratual(is) que permitem à seguradora o aumento do prêmio em razão do aumento etário.
2. O contrato avençado entre as partes não pode ser aplicado em sua literalidade, pois sofre inequívoca incidência das regras de interesse social do Código de Defesa do Consumidor..
3. Resulta, sem sombra de dúvidas, ademais, que a majoração do seguro foi feita de modo unilateral, não podendo, dessa forma prevalecer.
4. Ademais e, com efeito complementar ao que já foi dito, ressalto que o Estatuto do Idoso veda referida aplicação de aumento por faixa etária ainda que o implemento da idade tenha se dado antes da vigência do referido Estatuto.
5. Tem-se, destarte, como abusiva a conduta do apelante, que imprimiu um aumento que vai muito além do bom senso e de qualquer índice inflacionário do período.
6. No tocante à prescrição, a jurisprudência é uníssona no sentido de que, para a revisão de cláusula contratual, o prazo prescricional é decenal.
7. Quanto à condenação em custas e honorários, de fato, não parece razoável a condenação no valor arbitrado pelo juízo de piso porquanto mostrou-se desnecessária qualquer produção de provas, razão pela qual o magistrado lançou mão do julgamento antecipado da lide.
8. À unanimidade de votos, a Câmara negou provimento ao Apelo.

ACÓRDÃO - Vistos; relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram como partes as acima indicadas, acordam os Desembargadores integrantes da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, em sessão realizada em ____ de ____ de ____, à unanimidade de votos, para negar provimento ao recurso de Apelação, nos termos do voto do Relator Substituto. .

Recife, ____ de ____ de 2014. (data da lavratura).

Des. Stênio Neiva Coêlho
Relator”.

Sem alegar contradição, omissão ou obscuridade, a embargante alega que há total previsão contratual e legal para o reajuste aplicado na mensalidade de plano de saúde.

Por fim, com o fulcro de prequestionar a matéria para futura é eventual interposição de recurso especial e extraordinário, a embargante pretende a manifestação expressa desta Câmara em relação a todos os dispositivos normativos citados no presente recurso.

Requeru, ainda, que todas as intimações/publicações doravante efetuadas fossem realizadas em nome de Karla Capela Moraes (OAB/PE 21.567) e Roberto Gilson Raimundo Filho (OAB/PE 18.558).

É o relatório.

Os presentes aclaratórios foram intentados com finalidade de prequestionamento da matéria.

No entanto, ainda que para fins de prequestionamento, o presente recurso apenas seria admissível caso o acórdão embargado estivesse maculado de algum de vício (omissão, contradição ou obscuridade) que ensejasse a oposição desta espécie recursal, haja vista tratar-se de um recurso com fundamentação vinculada.

O Acórdão, objeto do presente Recurso Integrativo, que negou provimento ao recurso de Apelação Cível, encontra-se devidamente coerente e elucidativo.

Cabe mencionar não ser do escopo dos Embargos de Declaração a finalidade de prequestionamento de dispositivos legais, mas, dado o seu caráter integrativo, têm o fito de apenas complementar e/ou esclarecer a decisão embargada quando for preciso sanar eventual omissão, obscuridade ou contradição, o que pode, reflexa e excepcionalmente, acarretar efeito infringente aos aclaratórios.

Frise-se que é dominante na jurisprudência do STJ o entendimento de que o julgador não está obrigado a tecer considerações a respeito de todas as regras jurídicas, pontos e argumentos invocados pelas partes, mas a julgar a questão posta a exame, de acordo com o tema e com a legislação que entender aplicável ao caso concreto. Nesse sentido:

O órgão julgador, para expressar sua convicção, não está obrigado a aduzir comentários a respeito de todos os argumentos levantados pelas partes, quando decidir a causa com fundamentos capazes de sustentar sua conclusão. Precedentes. (STJ, EDcl no MS 4116 / DF, Embargos de Declaração no Mandado de Segurança 1995/0030865-7, Rel. Min^a. Laurita Vaz, 3ª Seção, j. 11/10/2006, DJ 30/10/2006, p. 236).

Ratificando a fundamentação explicitada, bastante elucidativas as decisões do Superior Tribunal de Justiça, abaixo colacionadas:

EMBARGOS E DECLARATÓRIOS. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. OMISSÃO. AUSÊNCIA. PREQUESTIONAMENTO NUMÉRICO. DESNECESSIDADE.

I- Já é pacífico nesta e. Corte que, tratando-se de prequestionamento, é desnecessária a citação numérica dos dispositivos legais, bastando que a questão posta tenha sido decidida.

II- Os embargos declaratórios, mesmo para fins de prequestionamento, só são admissíveis se a decisão embargada estiver eivada de algum dos vícios que ensejariam a oposição dessa espécie recursal, o que não é o caso dos autos.

Embargos declaratórios rejeitados.

(EDcl no RMS 18.205/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, julgado em 18/04/2006, DJ 08/05/2006, p. 240) (grifos acrescidos)

PROCESSO CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. INEXISTÊNCIA. RECURSO MANIFESTAMENTE PROTETATÓRIO. MULTA.

1. Os embargos de declaração somente são cabíveis quando presente, ao menos, uma das hipóteses previstas no art. 535 do Código de Processo Civil.
2. A contradição que autoriza os embargos de declaração é aquela interna ao acórdão, imanente ao próprio conteúdo do julgamento.
3. A reiterada oposição de embargos de declaração, à minguada de efetiva obscuridade, omissão, contradição ou erro material, evidencia o caráter manifestamente procrastinatório do recurso, o que autoriza a imposição da multa prevista no art. 538, parágrafo único, do Código de Processo Civil.
4. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça está consolidada no sentido de que os embargos declaratórios, mesmo quando opostos com o intuito de prequestionamento visando à interposição do apelo extraordinário, não podem ser acolhidos quando inexisterem os vícios previstos no art. 535 do Código de Processo Civil.
5. Embargos de declaração rejeitados, com aplicação de multa (art. 538, parágrafo único, do CPC).

(EDcl nos EDcl nos EDcl no AgRg nos EREsp 440.110/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 23/05/2012, DJe 04/06/2012) (grifos acrescidos)

Ademais, as questões postas na lide recursal foram examinadas e decididas, não havendo omissão, contradição ou obscuridade no julgado, cujo resultado desfavoreceu a posição sustentada pela embargante.

Igualmente, conforme se observa do próprio requerimento da embargante, a mesma deseja revisitar o julgado, não sendo esse o objetivo do presente recurso.

Como se vê, não há vício a ser sanado por intermédio dos presentes aclaratórios.

Outrossim, o Supremo Tribunal Federal, em sucessivos e recentes julgamentos, vem decidindo que “Os embargos de declaração destinam-se, precipuamente, a desfazer obscuridades, a afastar contradições e a suprir omissões que eventualmente se registrem no Acórdão proferido pelo Tribunal”, revelando-se incabíveis “quando, inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais de embargabilidade (CPC, art. 535), vem tal recurso com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a finalidade de instaurar, indevidamente, uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal...” (RTJ 173/29, junho/2000).

Por tais fundamentos, **rejeito os presentes Embargos Declaratórios.**

É como voto.

Recife,


Stênio Neiva Coêlho
Desembargador Relator